

ALDEIA SOWANTE: EXPLORAÇÃO, COLONIALISMO E RECONQUISTA TERRITORIAL

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa*

Resumo: O recente ordenamento territorial dos índios Nambiquara da Serra do Norte que se identificaram durante os trabalhos de campo como Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu consite no objeto deste estudo. O que se quer evidenciar é a dinâmica cultural desses grupos que há mais de uma década decidiram retornar ao seu antigo território de ocupação tradicional. O contato dos índios com os não índios encontra-se enlaçado em dimensões culturais e políticas, resultantes de uma distribuição desigual de poder. Com base na pesquisa etnográfica, este artigo pretende lançar luz ao retorno de famílias pertencentes aos grupos Nambiquara da Serra do Norte, anteriormente localizadas na Terra Indígena Pyreneus de Souza, município de Comodoro, Mato Grosso. Daí retornaram ao seu território tradicional, à margem direita do rio Roosevelt, no Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã. Afora a pesquisa etnográfica adotada para resolver a problemática indicada, a metodologia utilizada consistiu também na pesquisa documental, quando foram analisados documentos do SPI e os poucos produzidos pelas lideranças indígenas que conduziram o processo de retorno ao Sul do Parque do Aripuanã. O percurso teórico seguiu especialmente as trilhas de Junqueira (2002), Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), Anibal Quijano (2005), Georges Balandier (1976 e 1997) para investigar outras lógicas de produção de conhecimento e ideias, com padrões próprios de expressão intelectual indígena.

Palavras-chaves: Nambiquara da Serra do Norte; Dinâmica cultural; Território de ocupação tradicional.

Sowante Village: exploration, colonialism and territorial reconquest

Abstract: The recent territorial organization of the Nambikwara Indians of North Sierra who identified during field work as Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê, Niyahlosu, Siwaihsu and Hinkatesu is the purpose of this study. What is to highlight is the cultural dynamics of these groups that for more than a decade decided to return to his former territory of traditional occupation. The contact of the Indians with non-Indians is ensnared in cultural and political dimensions, resulting from an unequal distribution of power. Based on ethnographic research, aims to shed light to the return of families belonging to Nambikwara groups from Northern Sierra, previously located in the Indigenous Land Pyreneus de Souza, in the city of Comodoro, Mato Grosso. Then they returned to their traditional territory, on the right side of Roosevelt river, South of Aripuanã Indigenous Land Park. Aside the adopted ethnographic research to solve the indicated issue, the used methodology consisted also in documentary research, when SPI documents where analyzed and the few produced by indigenous leaders who led the return process to South Aripuanã Park. The theoretical route followed especially the trails of Junqueira (2002), Boaventura de Sousa Santos and Maria Paula Meneses (2010), Anibal Quijano (2005), Georges Balandier (1976 and 1997) to investigate other logics of knowledge production and ideas with own standards of indigenous intellectual expression.

Keywords: Nambiquara from North Sierra; Cultural dynamics; Traditional occupation territory.

* Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio e Professora do Univaç Centro Universitário. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014).

Introdução

Em primeiro lugar, torna-se necessária uma explicação ao título deste estudo¹: quer exprimir o estado pelos quais passaram e vem passando os Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê e Manduca, grupos indígenas Nambiquara da Serra do Norte, diante das vicissitudes do violento contato estabelecido com membros da sociedade não índia, num jogo de poder desigual. Na interpretação de Balandier (1976, p. 16),

o que se descobre são as sociedades na sociedade, desiguais e concorrentes, ligadas por relações de dominação-subordinação; sociedades submetidas a sua própria lógica e à lógica de suas mútuas relações. [...] É o que se dá na época presente em que, pela primeira vez na história humana, todas as sociedades em conjunto são coagidas à movimentação e, além disso, à mutação.

Na Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis, em uma parte do Oeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia, entre as nascentes dos rios Roosevelt, Jurue-na e Guaporé, estão as onze terras indígenas do povo Nambiquara, composto por diversos grupos. À luz do saber indígena, importa apontar neste estudo as razões que levaram os Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê e Manduca, grupos indígenas da etnia Nambiquara da Serra do Norte, a deixarem a Terra Indígena Pyreneus de Souza para retornarem às terras de ocupação tradicional ao Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, próximos aos Cinta Larga, autodenominados Matetamãe, seus inimigos tradicionais.

Os modos de viver dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, no exercício de reconstrução de fragmentos do passado, ganham outros significados, na medida em que se delinea um movimento da “ordem/desordem”, seguindo a leitura de Balandier (1997). As histórias contadas pelos Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê e Manduca, esta última designação comum aos Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu, delineiam uma cartografia viva, reconfigurada com as práticas cotidianas dos índios em contato com os não índios, ambos entendidos como atores sociais, quando reinventam sua própria “pátria” e ressignificam essa produção do espaço, inscrita na memória, reescrita a cada instante. Redesenhar uma cartografia com bases nas “modernidades das tradições”, termo de Santos e Meneses (2010, p. 173), indica outra dinâmica inscrita pelos Nambiquara da Serra do Norte, inicialmente à revelia do órgão oficial de assistência ao índio, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

O que se quer elucidar é o recente ordenamento territorial dos Nambiquara da Serra do Norte que se identificaram no decorrer dos trabalhos de campo como Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê, Manduca (Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu). Há mais de uma década, por decisão própria, retornaram ao seu antigo território de ocupação tradicional, o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã.

Tal percurso quer, portanto, aborda aspectos básicos de uma ordem social, caracterizada por Balandier (1976) como vulnerável e problemática, por se achar inserida em uma unidade e em uma continuidade, estas não em posições dicotômicas, que lhe esgotam a extensão, mas em processo constante de articulação.

O contato dos índios com os não índios encontra-se enlaçado em dimensões culturais e políticas, resultantes de uma distribuição desigual de poder que “pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina”. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 15). Com base na pesquisa etnográfica, se propõe a narrar uma história do retorno de onze famílias Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê e Manduca, anteriormente localizados na Terra Indígena Pyreneus de Souza, município de Comodoro, Mato Grosso, com uma superfície de 28.212,2716 hectares. Daí retornaram ao seu território de ocupação tradicional, à margem direita do rio Roosevelt, em suas cabeceiras, no Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, também entendido como domínio dos índios Cinta Larga.

Pretende-se, portanto, investigar outras lógicas de produção de conhecimento e ideias, com padrões próprios de expressão, apreendidas durante as pesquisas de campo realizadas em agosto e outubro-novembro de 2012, fevereiro de 2013 e 2014. Outra prática metodológica apoiou-se na elaboração de entrevistas destinadas principalmente a cobrir dois aspectos: autodenominação dos indígenas habitantes da Terra Indígena Pyreneus de Souza e do Sul do Parque do Aripuanã e o conhecimento das razões que levaram uma parcela da população da Terra Indígena Pyreneus de Souza a retornar para terras encravadas ao Sul do Parque do Aripuanã, ocupação de caráter tradicional.

Os grupos Nambiquara da Serra do Norte, da Terra Indígena Pyreneus de Souza à Terra Indígena Parque do Aripuanã, desde o percurso de retorno, instalação e reocupação de antigas aldeias, estiveram em constante confronto com os não índios e com os índios Cinta Larga. Seu território é aqui entendido como um campo de força – cultural, político e econômico. Quando submetido a fluxos de forças ambíguas, desconhecidas, exógenas, são evidenciadas as forças desterritorializantes. Assim sendo, numa dimensão micro, “isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de

relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (QUIJANO, 2005, p. 228).

No início do século XX, a Linha de Telégrafo, as Estações Telegráficas e posteriormente os seringais, num processo de colonialismo, fragmentaram seus territórios de ocupação tradicional, dispersaram e exterminaram uma parcela significativa de sua população. Fragilizados, os sobreviventes foram confinados pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) na então denominada Reserva Indígena Pyreneus de Souza, primeira área reservada aos Nambiquara, em 1942. Por pouco, a exogenia dos fluxos de forças não apagou por completo as linhas demarcatórias das fronteiras desse território e suas maneiras de ser, pensar e agir. Essa cartografia da ordem/desordem demarca “os lugares e as evoluções; na medida que estão abertas a um movimento portador de contínuas e incertas transformações, as da presente modernidade só dispõem de cartas reviradas, engajando-se a esmo na história imediata.” (BALANDIER, 1997, p. 155). De acordo com o censo de 2014, elaborado pela Coordenação Local da FUNAI, localizada em Vilhena, Rondônia, perfaz uma população de 340 pessoas.

Como a “ordem e a desordem não se separam”, postulou Balandier (1997, p. 12), quando esses elementos culturais não deram e não dão mais conta de manter a nova ordem, outra precisou ser estabelecida. Ocorre, então, o retorno de uma expressiva parcela para seu território de ocupação tradicional. O que seria, nas palavras de Lévi-Strauss (2000, p. 289), “uma tentativa de reconstrução”. As relações entre índios e não índios tomam como empréstimo o termo colonialidade, integrado ao colonialismo. Tal empréstimo tem por sustentação a “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, 2010, p. 84).

Terra Indígena Pyreneus de Souza

“A Linha Telegráfica abriu no nosso olho” (Maria de Lourdes Idamalarê, aldeia Central, Terra Indígena Pyreneus de Souza, 01.11.2012). A frase dita durante os trabalhos de campo por uma indígena Nambiquara, pertencente ao grupo Idamalarê, integra um conjunto de informações que sintetizam seu estarecimento, passado de geração em geração, sobre os danos causados em princípios do século XX pelas Linhas Telegráficas

que cruzaram os territórios de ocupação tradicional dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, também chamada de “Cordilheira do Norte” (Roquette-Pinto, 1919, p. 18).

A Terra Indígena Pyreneus de Souza, localizada em Mato Grosso, foi a primeira a ser reservada a uma parcela dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, contatados no início do século XX, por ocasião da passagem das Linhas Telegráficas. A linha trouxe por suas picadas mais gentes do que a comunicação em mensagens codificadas propriamente dita. Durante sua construção e operacionalidade, 1907 a 1915, foram muitos os que vieram atrás dela: telegrafistas, guarda-fios, missionários, seringueiros, agentes do SPI, dentre outros, causando uma drástica depopulação ao povo Nambiquara.

Esta região, no sentimento de Lévi-Strauss que em expedição percorreu o território Nambiquara em 1938, durante a temporada da estiagem, no “planalto setentrional, mantinha-se uma região mítica, onde inclusive se afirmava que havia uma cadeia de montanhas, a serra do Norte, que a maioria dos mapas continua a mencionar”. Àquela época, “a serra do Norte haveria de se revelar um cerrado semidesértico e uma das zonas mais ingratas do continente”. (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 246).

Após trinta anos da passagem da Linha Telegráfica em território Nambiquara, Lévi-Strauss apresentou um assustador declínio populacional, quando:

a fração conhecida do grupo Sabanê compreendia mais de mil indivíduos; quando o grupo visitou a estação telegráfica de Campos Novos em 1928, foram recenseados 127 homens, além das mulheres e das crianças. Contudo, em novembro de 1929 surgiu uma epidemia de gripe quando o grupo estava acampado na localidade chamada Espirito. A doença evoluiu para uma forma de edema pulmonar, e trezentos índios morreram em 48 horas. Todo o grupo debandou, deixando para trás os doentes e os moribundos. Dos mil Sabanê outrora conhecidos, só subsistiam dezenove homens em 1938, com suas mulheres e seus filhos. (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 278).

E mais:

Um grande grupo instalado perto de Três Buritis foi liquidado pela gripe em 1927, com exceção de seis ou sete pessoas, das quais só três ainda estavam vivas em 1938. O grupo Tarundê, no passado um dos mais importantes, contava doze homens (mais as mulheres e as crianças) em 1936; desses doze homens, quatro sobreviviam em 1939. (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 278).

E concluiu que existiam “não mais do que 2 mil indígenas, provavelmente, espalhados pelo território”, falando línguas distintas. (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 278). Em termos linguísticos, Price (1975, p. 1) apresentou quatro variações para a língua falada

entre todos os grupos Nambiquara, a saber: grupos que falam a língua Nambiquara do Sul, localizados no Vale do Guaporé são os Sararé, Wasusu, Alantesu, Waysu, Hahayntesu e Nantesu; da Chapada dos Parecis relacionou os Sawantesu, Halotesu, Wakalitesu e Kithawlhu; da Serra do Norte estão relacionados os Niyalhosu, Siwayhsu e Hinkatesu. Os grupos que falam Nambiquara do Norte foram citados os Mamainde, Nekarattu, Tawente, Tawante, Yalakunte e Latunde, além das línguas Sabanê e Massaca.

Sobre a denominação Sabanê, Manoel Kolimisí, que no censo apresentado pela FUNAI consta como pertencente ao grupo Sabanê, explicou durante os trabalhos de campo que “os brancos não sabiam falar Kolimisí porque era difícil e inventaram Sabanê porque é mais fácil de falar.” (aldeia Sowante, sul do Parque do Aripuanã, 05.12.2012). Ainda em referência aos falantes de Sabanê, David Price informou que:

parecem ter constituído um único bando, de acordo com meu informante, Joaquim, e Lévi-Strauss. Felipe, filho de Joaquim, disse que eles chamam a si próprios kolimisí, um termo aparentemente não constatado na literatura. Lévi-Strauss dá ao nome sabáni como “irmão ou irmã mais nova”, sugerindo que o termo Sabanê seja um entre os vários termos de parentesco, tomados por bandos. (PRICE, 1972, p. 95).

Elencada como uma das quatro variações para a língua falada entre os grupos Nambiquara, Massacá foi explicado pelos índios durante suas pesquisas como uma referência aos “málotúnté”. “Frederico diz que o grupo em questão falava uma língua ininteligível e era canibal.” (PRICE, 1972, p. 100). Entretanto, Massacá consiste em um termo que tem sido usado para designar os Aikanã, que compartilham a Terra Indígena Tubarão-Latundê com os Latundê, este último considerado um dos grupos da Serra do Norte.

Atualmente os grupos da Serra do Norte habitam quatro Terras Indígenas: na Tubarão-Latundê, os Latundê e Sabanê; na parte norte da Terra Indígena Vale do Guaporé, os Mamaindê e Negarotê; na Pyreneus de Souza e ao sul do Parque do Aripuanã, os Sabanê, Kulimisí, Idalamarê, Lakondê, Tawandê, Latundê, Ialacolorê, Nechuandê, Manduca, Mamaindê, Kithaulhu e Paresi.

Os grupos Nambiquara da Serra do Norte, por ocasião da passagem da Comissão Rondon – instalação das Linhas e Estações Telegráficas e Postos Indígenas –, habitavam uma vasta região compreendida na hinterlândia formada pelo curso superior dos rios Doze de Outubro, Tenente Marques, Roosevelt, Pimenta Bueno, Cabixi e Piolho,

hoje Mato Grosso e Rondônia. No epicentro desta região está o município de Vilhena (Rondônia), que à época era uma das Estações Telegráficas instauradas em território indígena por Rondon, no início do século XX. Em termos populacionais, uma comparação é feita por Rondon ao informar que a Serra do Norte consistiu na mais populosa entre os demais territórios ocupados pelos grupos Nambiquara.

A região mais ricamente povoada é a do vale dos rios Ananás, Festa da Bandeira e Roosevelt. Toda a população aí existente deve ser considerada como constituindo um só grupo, o quinto, mas que se reparte por numerosos subgrupos, dos quais nos ocorre citar os Mamáindês, Tamá-indês, Malondês, Sabanês, Iaiás e Nava-itês. Estes últimos encontram-se no curso inferior do rio Roosevelt, a cujos rápidos deram os nomes. (RONDON, 1916, p. 301).

Outras referências sobre a presença do grupo Sabanê nas imediações do rio Roosevelt acham-se nos Avisos de Postos de Afonso Mansur de França, endereçados ao chefe da Inspeção Regional do SPI, com sede em Cuiabá:

Seguirei com tropas na maloca do Roosevelt, a fim de receber farinha dos índios sabanezes; os índios arirituáís têm frequentado aqui, em Três Buritis, existe cerca de 20 índios taiótêz. Como em breve o encarregado daquela seção chega até Campos Novos solicitei do mesmo esforçar trazer e os índios aqui para melhor agrado pelo guarda Caxiado. (MUSEU DO ÍNDIO, Microfilme 195_00014, de 25.11.1944).

Em aviso mensal do Posto Indígena Pyreneus de Souza, Mansur informou: “chegaram dois índios que vieram avisar para ir com tropa transportar farinha fabricada por todos quanto estão naquela maloca do ‘Roosevelt’, temporariamente.” (MUSEU DO ÍNDIO, Microfilme 195_00020, de 01.11.1944).

Rondon (1916, p. 294) indicou a existência de um grupo Nambiquara habitando as proximidades do rio Roosevelt: “desse encontro resultou a pacificação da tribo que habita os vales dos rios Ananaz, Roosevelt (antigo Dúvida) e Festa da Bandeira.” Além dos trabalhos da Comissão Rondon que indicam grupos Nambiquara localizados no rio Roosevelt, Vellard, membro da missão científica franco-brasileira que acompanhou Lévi-Strauss ao território Nambiquara em fins da década de 1930, também trouxe dados sobre a presença de um grupo Nambiquara, Tamandê (ou Tawandê?), nas proximidades do rio Roosevelt: a “região dos Nambikwaras Tamandê, do curso superior do Rio Roosevelt, afirmaram-me que receberam o curare de outros índios que moram mais ao Nor-

te, na região do gy Paraná; não foi possível fazê-los indicar com segurança quais eram esses índios.” (VELLARD, 1939, p. 15).

A população Nambiquara da Terra Indígena Pyreneus de Souza é composta por 340 indígenas, de acordo com o censo atualizado em 02.10. 2014 por Abirão Negreiros Tejas, Coordenador Técnico Local da FUNAI, em Vilhena. Vivem em sete aldeias: Central (105 indígenas), Cururu (9 indígenas), Iquê (59 indígenas), Cerradinho (93 indígenas), Oncinha (18 indígenas), São João (21 indígenas) e Sarizal (35 indígenas). Com uma economia basicamente de subsistência, fundada na agricultura, mesmo que determinadas aldeias pratiquem o comércio de alguns produtos cultivados em suas roças (como por exemplo a banana), comercializados no município de Vilhena, que dista aproximadamente 30 quilômetros da aldeia Central, sede da Terra Indígena Pyreneus de Souza.

A denominação da Terra Indígena Pyreneus de Souza deu-se em homenagem ao Tenente Antonio Pyreneus de Souza, nomeado, em 1909, por Cândido Mariano da Silva Rondon Intendente Geral e Comandante do Contingente da expedição ao rio Juruena. Escreveu o engenheiro militar sobre os Nambiquara durante sua permanência na Serra do Norte, quando esteve, “de setembro de 1911 a fevereiro de 1912, para organizar a fazenda de Campos Novos e dirigindo o serviço de transporte do material da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, do Juruena a Vilhena”, quando reconheceu os grupos “Anonzê, Cocozú, Uainedezê, Xaody e Tayôpa”. (PYRENEUS DE SOUZA, 1920, p. 3). Assim, em 1912, foram edificados dois postos indígenas entre os grupos Nambiquara: em Pontes e Lacerda e Campos Novos.

Nos dias de hoje, a população das aldeias do interior da Terra Indígena Pyreneus de Souza é composta pelos grupos Sabanê, Idalamarê, Tawandê, Ialacolorê, Nechuandê e Manduca, sujeitos históricos de interesse deste estudo. Há também representantes de outros grupos Nambiquara, em menor número, como os grupos Nambiquara Mamaindê e Negarotê, considerados também como da Serra do Norte; os Kithãulhu, do Cerrado; um Paresi e dois não indígenas.

No que diz respeito à denominação dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis, são bastante divergentes, pois algumas delas não podem ser consideradas autodenominações, mas denominações dadas pelo outro e que se perpetuaram pelos anos. Assim, pairam, ainda, muitas dúvidas sobre a divisão dos grupos que compõem a sociedade Nambiquara, bem como suas localizações. Portanto, não só por estar diante de tal dificuldade, mas fundamentalmente por ser a manei-

ra de como passaram a se identificar, neste estudo optou-se por adotar as próprias denominações que nos dias de hoje os grupos dão a si mesmos.

Atualmente, a população da Terra Indígena Pyreneus de Souza é formada em grande parte por grupos Nambiquara descendentes daqueles que trabalharam nos seringais de Afonso Mansur de França e de Faustino José da Silva, seu genro. Em prosseguimento aos trabalhos do Técnico Indigenista Artur Edgar Menchen para reunir os índios que se dispersaram em consequência das condições dos trabalhos nos seringais, os também Indigenistas Judas Thadeu e Silva e depois Marcelo dos Santos, em fins da década de 1970 e início da de 1980, retiraram os índios ainda morando nos seringais, completamente improdutivos, em Marco Rondon e Seringal do Faustino e os conduziram para a Terra Indígena Pyreneus de Souza.

Os índios do Roosevelt, Cinta Larga matou. Marcelo misturou, agora está tudo junto. Quando Marcelo foi buscar, estava tudo no [córrego] Espirro. Ele reuniu Tawandê e Sabanê, pessoal do seringal e do Campo do Meio. Parou no Aroeira. Felipe [Idalamarê] foi o primeiro que saiu e para a [aldeia] Central. Primeira aldeia nasceu em Marco Rondon. Puxou nós tudo para cá, Tadeu e Marcelo dos Santos (Maria de Lourdes Idalamarê, aldeia Central, Terra Indígena Pyreneus de Souza, 01.11.2012).

Os Nambiquara entraram na literatura de forma mais elucidativa quando a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, mais tarde denominada Comissão Rondon, adentrou seus territórios em 1907. Sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, a comissão estabeleceu Estações Telegráficas construídas em seus domínios de ocupação tradicional: em Mato Grosso, Utiariti, Juruena, Nambikuara; em Rondônia, Vilhena, José Bonifácio e Barão de Melgaço. Estiveram em constantes conflitos índios Nambiquara e integrantes da Linha Telegráfica, esta constituída de regionais e índios Paresi, seus inimigos, que passaram a ser recrutados como guarda-fios e telegrafistas, todos com porte de arma de fogo.

Os anos foram passando e muitos homens “que aumentam rápido, igual formigas”, como disse um Sabanê, iniciaram a invasão de seus territórios. Pela Resolução nº 761, de 27.06.1918, o governante do estado de Mato Grosso autorizou ao poder executivo conceder por um prazo de dez anos áreas de 25.000 hectares aos índios das regiões adjacentes a cada uma das Estações Telegráficas de Nhambiquara, Vilhena e José Bonifácio.

Às margens do rio Roosevelt, na altura da ponte perto da Estação José Bonifácio, miçangas nunca acabam. Isso porque, num recanto de campo de areia branca, os índios, desde muito tempo, peneiram areia e encontram miçangas. É um lugar onde foi edificado um depósito da Comissão Rondon, que levava, entre outras coisas, miçangas para presentear os índios. Até hoje, os Sabanê, em expedição, encontram miçangas ao peneirar areia. Acreditam que o lugar passou a ser mágico porque crianças, jovens e adultos foram enterrados com seus colares de miçangas. Cada vez que venta e a areia levanta, aparecem mais miçangas. Miçangas nunca acabam! (Vanilda Sabanê, aldeia Sowaintê, em 07.12.2012).

Mais de uma década após o término da construção da Linha de Telégrafo em território Nambiquara, foi implantado (em 1912), em Pontes e Lacerda, um posto de atração indígena para os grupos próximos ao rio Sararé. Em 1916, transferiu-se para uma localidade conhecida por “Lagoa Coceira”, próxima a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, quando, um ano depois, foi extinto.

Em 1919, no rio Guaporé, o posto de atração Pontes e Lacerda foi reaberto, sob a direção do encarregado Pedro Villas Boas. Este, anos depois, será responsável pela transferência do mesmo para a foz do rio Sararé, em 1921, existindo aí até 1929, quando foi novamente extinto, em virtude dos poucos recursos advindos do SPI. A incessante mudança ocorreu em função de se buscar uma melhor localização para os postos de atração indígena, com o propósito de conter os constantes ataques dos Nambiquara do Vale do Guaporé à cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Na “biografia oficial” rondoniana, a percepção de Rondon, que visitou o estabelecimento, em 1930, foi: “visitei o Posto Indígena Sararé. Má impressão: o encarregado só cuidava da política, aliás ferrenha, da localidade” (VIVEIROS, 1969, p. 549).

Em 1940, o posto de atração indígena Pontes e Lacerda foi reaberto e somente dois anos depois se transferiu definitivamente para o córrego Espirro, na nascente do rio Doze de Outubro, perto da cidade de Vilhena, no percurso da Linha Telegráfica. Neste momento, passou a denominar-se Posto Indígena Pyreneus de Souza.

Aldeia Sowaintê: sangue escorrendo pelo folha seca

Em fins da década de 1960 iniciaram as ações demarcatórias efetuadas pela FUNAI, momento em que oficialmente o território ocupado pelos diversos grupos que compõem o povo Nambiquara se tornou fragmentado, perdendo seu caráter contíguo. Várias Terras Indígenas foram destinadas aos Nambiquara da Chapada dos Parecis, Va-

le do Guaporé e Serra do Norte: Tirecatinga, Nambikwara, Sararé, Vale do Guaporé, Alantesu, Taihãntesu, Pequizal, Lagoa dos Brincos e Paukalahjausu, Tubarão-Latundê, Pyreneus de Souza e Parque do Aripuanã, as duas últimas interesses deste estudo.

Na região Nambiquara, a política indigenista da FUNAI direcionou-se para a BR 364, quando o governo brasileiro voltou-se às regiões mais interioranas para serem abertas ao desenvolvimento econômico. O Programa de Integração Nacional do Polonoeste, financiado pelo Banco Mundial, injetou uma quantia volumosa de recursos e criou um novo conceito para um desenvolvimento integrado, direcionado à pobreza nas áreas rurais, avesso à lógica indígena. Em Mato Grosso e Rondônia:

A região experimentou uma enorme transformação econômica desde 1982, devido ao Programa Polonoeste, parcialmente financiado pelo Banco Mundial, e que cujos objetivos eram asfaltar a rodovia Cuiabá-Porto Velho, promover projetos de colonização, serviços de saúde e assegurar proteção ao meio ambiente e às populações indígenas. (JUNQUEIRA, 2002, p. 15).

No âmbito da FUNAI, o programa também possibilitou a contratação de técnicos das áreas de saúde, educação e agricultura, além da abertura de estradas vicinais e de construções de escolas e enfermarias nos Postos Indígenas. À época, não mais pela ação de seringalistas e seringueiros, mas pela dos agropecuaristas, as terras indígenas continuaram alvo de interesses da ordem vigente, que impingiu um modelo completamente alheio ao seu modo de viver Nambiquara.

Dentro de um campo de relação de forças, os grupos Nambiquara da Serra do Norte prosseguiram com a redefinição de sua dinâmica cultural. A pavimentação da rodovia Marechal Rondon, a BR 364, viabilizou o surgimento de cidades e o crescimento vertiginoso das já existentes. Muitas dessas cidades foram sustentadas pelos recursos naturais advindos ilegalmente das terras indígenas. Os recursos destinados à fiscalização das terras indígenas propiciaram a exploração ilegal de madeira e de minerais. O processo de desmatamento afetou diretamente aos índios, ocasionando sérias consequências às suas vidas.

Os Sabanê e demais grupos habitantes da Terra Indígena Pyreneus de Souza vêm procurando caminhos alternativos para dirimir as dificuldades relativas ao uso e ocupação da terra. A exemplo, um grupo Tawandê e Idalamarê, da aldeia Sarizal, liderado por Leonel Tawandê, que edificou uma aldeia na área denominada Patuazal, considerada de uso tradicional, localizada nas margens do rio Doze de Outubro, no extremo oeste da

Terra Indígena Enawenê-Nawê. Sobre esta região, Maria de Lourdes Idalamarê contou que os índios da Terra Indígena Pyreneus de Souza denominam de “Samangkunari, uma espécie de formiga. Território de Manduca, que ficou fora da reserva. Agora dentro da terra de Enawenê.” Nesse mesmo momento, Irani Tawandê, demonstrou sua preocupação ao desconhecimento da região do Patuazal, por parte das crianças: “tem muita garotada que não conhece Patuazal. É preciso fazer trabalho junto com a escola. A gente fica até perturbado porque não estamos conhecendo. Onde o bisavô, tataravô nasceu? Esta preocupação é dos mais maduros.” (aldeia Central, Terra Indígena Pyreneus de Souza, 19.08.2012).

À medida que conflitos internos, esgotamento do solo e escassez de alimentos tornaram-se uma realidade entre os grupos que habitam a Terra Indígena Pyreneus de Souza, Lino Sabanê, com a anuência dos pais, Manoel e Ivonê Sabanê, que durante as pesquisas de campo se identificaram como pertencentes ao grupo Kolimisí, tomou a decisão de deixar sua aldeia. Ivone Sabanê, esposa de Manoel, também chamado de Manoelzinho, diferentemente do censo demográfico da FUNAI durante as pesquisas de campo se autodenominou Kolimisí, explicou como surgiram as aldeias Nambiquara da Serra do Norte, onde outrora habitavam os grupos de uma área compreendida entre os rios Tenente Marques e Pimenta Bueno.

Tinha montanha bem grande mesmo. Mato nascendo, coisa mais linda. Tempo que água rodava. Ficaram só um índio e uma índia. Ficou só bunití porque água não chega. Só sobraram eles dois. Quando água desceu, eles desceram. Choraram muito. Parente morreu tudo. Foram andando, encontraram montanha com gente conversando, rindo, brincando. ‘Eu vi um lugar que parece que tem gente, mas você não acha’. Um dia, ele foi caçar. Matou muito bicho, mulher fez chicha. ‘Você vai ficar. Eu vou lá tirar essa gente’. Ele ficou olhando. ‘Eu acho que aqui é a porta’. Ele bateu. Abriu a porta. Foi saindo. Ele foi tirando gente que não tinha doença. Foi tirando gente sem doença. Quem tinha furúnculo, dor de dente, ficou tudo. Tirou muita gente. Foi assim que índio aumentou de novo. Bisavô de Manoel foi o último que saiu da montanha. Até hoje tem gente na montanha. Montanha fica para o outro lado. Para o outro lado do Aripuanã, para lá da banda de Serra Morena. (Ivone Sabanê, aldeia Sowaintê, sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, 11.02.2013).

Vanilda Sabanê explicou como um dos grupos da Serra do Norte se originou e trouxe os demais grupos para fora da montanha.

Um sapo e um rato. Os dois se encontraram no meio do caminho e começaram a conversar. O sapo perguntou: – você quer ser uma pessoa? E o rato: – Sim. Passando um tempo, o rato falou para o sapo: – Estou cansado de viver sozinho. Pediu um parceiro. – Sim. Leva araruta e caminha certa distância e limpa um lugar e deixa. Quando voltar, não olha para traz. Quando andou certa distância, ouviu conversas e risadas de mulheres. Muito curioso, olhou para traz e avistou uma moça, uma senhora com uma criança no colo. Com o tempo veio formar uma comunidade, passou a ter aldeia. Esse povo passou a se chamar Kolimisí. Algum tempo aconteceram brigas: índio contra índio e acabou com o povo Kolimisí, quando restou apenas uma pessoa que viveu muito tempo sozinha. Foi quando descobriu uma grande pedra que parecia uma casa. Nesta pedra, moravam índios desconhecidos. Todos os dias, passava perto e ouvia vozes. Chegou a noite, dormiu e teve um sonho que naquela pedra havia gente. O índio sobrevivente da guerra tinha poder. Como pajé, ele resolveu bater na pedra. Foi quando a pedra se abriu e de lá saíram outros povos. (Vanilda Sabanê, aldeia Sowaintê, sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, 06.12.2012).

É primordial conhecer os mitos, estes entendidos pelos índios como “a própria história do nosso povo”, pois “o mito é o livro dos mais velhos” (Jonado Sabanê, aldeia Central, Terra Indígena Pyreneus de Souza, 03.10.2012). Para ser possível o entendimento das circunstâncias da criação da aldeia Sowaintê, o conhecimento dos mitos deve ser associado à trajetória etno-histórica dos grupos Nambiquara da Serra do Norte. A política indigenista empreendida pelo SPI a partir dos anos de 1940 obrigou os grupos da Serra do Norte à dispersão em virtude da multiplicidade de acontecimentos que interferiram drasticamente em seus modos de viver.

Motivados por conflitos internos, esgotamento do solo e escassez de alimentos, Lino Sabanê e sua família se retiraram a Terra Indígena Pyreneus de Souza para morar no município de Vilhena, Rondônia. O ano de 1991 foi um período marcado por privações quando, até mesmo, deixaram de receber atendimento médico-hospitalar da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) por residirem fora da jurisdição da terra indígena.

Os indígenas Hudson e Isaias, ambos Terena, contaram que como estratégia, junto a outros índios Terena que à época também residiam em Vilhena, os Nambiquara criaram a Associação Uti-Xunaty, em língua Terena, “somos fortes”, destinada ao atendimento de índios desaldeados. O objetivo inicial consistiu em solucionar, dentre outros, seus problemas de saúde, já que a FUNASA se opôs a prestar atendimento. Dessa maneira, no lugar de pessoas físicas, havia sido criada uma entidade jurídica, detentora de direitos e obrigações, composta por índios Nambiquara e Terena que pediam por atendimentos na área de saúde.

Ainda com residência na cidade, a família Sabanê e índios Terena, em 1999, tomaram uma área adjacente à Estação Telegráfica de Vilhena, inaugurada em 12.10.1911 pelos trabalhos da construção das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Essa atitude foi embasada na convicção da ancestralidade indígena do território. O mais provável, portanto, seja o fato de que há um cemitério Nambiquara nas adjacências da Estação de Vilhena. Um cemitério nunca deixa de ser uma aldeia, mesmo depois de abandonado. E, nesse sentido, consiste em um lugar predestinado aos futuros aldeamentos.

Até a década de 1960, a Estação Telegráfica de Vilhena guardou o acervo documental do SPI, quando mais tarde foi abandonada. Em 1982, o imóvel conhecido como “Casa de Rondon” passou por obras de restauro, momento em que se converteu na sede do Museu Municipal Marciano Zonoecê e, em suas proximidades, um zoológico. A poucos metros dali, havia um cemitério de índios Nambiquara, hoje coberto pela plantação de soja. Depois de seis meses instalados nesta localidade, foram retirados por ação policial.

Ao deixarem a área da Estação Telegráfica, os Nambiquara e os Terena voltaram a morar na cidade de Vilhena. Em 2001-2002, Lino Sabanê pediu demissão de uma empresa de telefonia e adquiriu por compra o sítio de João Bravo, um Cinta Larga, pertencente a uma etnia outrora inimiga dos Nambiquara. Nessa localidade, João Bravo, influente liderança Cinta Larga, manteve uma residência para sua mulher não indígena, na margem esquerda do rio Roosevelt (à direita está a Terra Indígena Parque do Aripuanã), até sua separação conjugal.

A animosidade que permeia a relação entre Cinta Larga e Nambiquara vem de longas datas, antes mesmo da presença dos não índios em seus domínios territoriais.

Os Nambikwara, por sua vez, foram abandonando progressivamente suas aldeias às margens dos rios Roosevelt e Tenente Marques, para se reunirem nas proximidades das estações de Vilhena, José Bonifácio e outras – este fato, com certeza, facilitou a ocupação da região anos depois pelos povos Tupi-Mondé, em particular os Cinta Larga, Suruí e Zoró, quando vários de seus grupos migraram rumo ao sul. (DAL POZ, 1991, p. 19).

Lino Sabanê, ao procurar por José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, Indigenista da FUNAI, foi orientado a retornar para seu território tradicional, localizado ao Sul

do Parque do Aripuanã, na margem direita do rio Roosevelt. Para evitar possíveis conflitos, o indigenista aconselhou-o a conversar com os Cinta Larga.

O Sabanê conduziu sua família às cabeceiras do rio Roosevelt, em sua margem direita. Foram nove pessoas, dentre elas, Humberto Terena, pai de Hudson Terena. Índios Nambiquara e Terena, enquanto permaneceram no sítio, começaram a procurar um lugar para edificar suas aldeias, agora, no interior do Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã.

Hudson e Isaias Terena contaram que somente em 2002, na residência de Humberto Terena, em Vilhena, Lino Sabanê anunciou a João Bravo Cinta Larga e sua turma sobre sua intenção de retornar às suas terras ancestrais e estabelecer uma aldeia às margens do rio Roosevelt, nesta época, singrado apenas por um barco doado pela FUNAI. João Bravo, que até então não tinha ideia de que o outro lado do sítio onde morou era o Parque do Aripuanã, não se opôs à abertura da aldeia. Segundo Hudson Terena, “já eram conhecidos”. Para a consolidação do retorno às terras de ocupação tradicional, este consistiu no primeiro encontro de tantos outros e de tensas negociações com os Cinta Larga da região de Cacoal, Rondônia, e de Juína, Mato Grosso.

Em 2002, Lino Sabanê e Humberto Terena formalizaram a existência da aldeia Sowaintê em seu antigo território de ocupação tradicional, localizado ao Sul do Parque do Aripuanã, bem como as demandas por mais apoio institucional da FUNAI, FUNASA e Prefeitura de Vilhena para a aquisição de barcos, rádio amador, construção de uma ponte, escola, posto de saúde.

Manoel Kolimisí, conhecido por todos como Manezinho, o ancião do grupo, tem vivo em sua memória o território tradicional e onde estão os recursos necessários à sobrevivência. Quando solteiro, foi atingido por uma flecha Cinta Larga, sobrevivendo ao ataque. A profunda cicatriz em seu ombro é exibida como um troféu que traz a memória dos tempos dos confrontos às margens do Roosevelt. Os Sabanê e Terena permaneceram juntos até 2004, quando conflitos internos levaram Humberto e sua família para Vilhena e, em 2006, para a Gleba Iquê, uma área cedida pelo Exército.

Como registrado no último censo demográfico da FUNAI de 2014, hoje estão ao Sul do Parque do Aripuanã uma parte dos grupos Sabanê, Tawandê, Idalamarê e Manduca. Os Sabanê parecem ser um amálgama de diversos grupos Nambiquara da Serra do Norte. Como afirmou Manoel Sabanê, “somos Kulimisí, branco que pôs o nome, não conseguiu falar Kulimisí. Sabanê mais fácil.” (aldeia Sowaintê, Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, 13.02.2014). Hoje, tanto os dados populacionais fornecidos pela

Coordenação Local da FUNAI, em Vilhena, quanto os deste estudo indicam que a população da aldeia Sowaintê perfaz 53 indígenas. Alguns casais, como também ocorreu com os da Terra Indígena Pyreneus de Souza, optaram por registrar as denominações do pai e da mãe, com o intuito de manter a referência do seu grupo de origem.

Entendem os grupos da Terra Indígena Pyreneus de Souza e do Sul do Parque do Aripuanã que a edificação da aldeia Sowaintê está protegida pelo Decreto n. 64.860, de 23 de julho de 1969, que criou o então denominado Parque Indígena do Aripuanã, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, à frente da presidência do Brasil. O referido decreto, no seu Art. 1º, determina que “Fica criado, na região limítrofe do Estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque Indígena do Aripuanã, com a característica principal de área reservada aos índios ‘Cintas-Largas’ e ‘Nambikuára’, para efeitos do artigo 186 da Constituição”. Esse documento, de acordo com informações dos indigenistas da FUNAI, foi fundamental para convencer a liderança Cinta Larga a “permitir” o retorno dos grupos Nambiquara da Serra do Norte às terras localizadas ao sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, um território que, após a saída os índios no tempo do SPI, passou a ser entendido como exclusivamente Cinta Larga. Lino Sabanê apresenta o decreto de 1968 para comprovar aos Cinta Larga a posse imemorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte.

Em maio de 2002, a aldeia Sowaintê foi estabelecida em uma clareira aberta nas matas ciliares do rio Roosevelt. A família de Lino Sabanê, que liderou o processo de retorno ao território tradicional, conduziu inicialmente 40 indígenas. De início, viveram de cestas-básicas adquiridas com recursos provenientes da aposentadoria dos mais velhos, da pesca, da caça, da coleta de insetos, tubérculos e caules de palmeiras (palmito), até que a roça pudesse abastecê-los. Entretanto, mesmo que o documento de comprovação de posse imemorial de uma parcela dos grupos Nambiquara da Serra do Norte tenha sido entregue às lideranças Cinta Larga, a situação de insegurança ainda permeia o imaginário dos indígenas. Esse fato vem impedindo o retorno de outras famílias que moram na Terra Indígena Pyreneus de Souza e que têm intenção de se transferirem para a aldeia Sowaintê.

Lino Sabanê se apresenta como um líder da aldeia Sowaintê, um uilikandé. Hoje, a aldeia Sowaintê conta com 53 indivíduos distribuídos em três núcleos populacionais: às margens do rio Roosevelt, acha-se a família de Manoelzinho e Ivone, onde também se pode encontrar o cemitério; a poucos metros, Arildo e Janaína e Graciele, suas esposas e, mais distante do rio, situa-se a família de Lino e Vanilda. Na estrutura da FUNAI,

a aldeia é assistida pela Coordenação Técnica Local, situada em Vilhena, a 72 quilômetros de distância. Isso significa que tanto o atendimento da FUNAI quanto o da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) sofre também pela distância da aldeia até o município, ligado por uma estrada de terra utilizada pelas fazendas de criação de gado e plantação de soja, com vários trechos precários, especialmente durante o período das chuvas. A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Sowaintê foi criada para atender a comunidade e conta com quatro professoras não índias. Junto às propostas educacionais encontram-se em andamento pesquisas de cunho linguístico, que objetivavam a revitalização do falar Sabanê.

Na aldeia Sowaintê, Lino Sabanê expressou esperança em reunir seus parentes que moram em Marco Rondon e Abunã que se dispersaram em virtude dos ataques dos Cinta Larga, da presença dos agentes do SPI e dos seringueiros que invadiram suas terras. Também aguardam a chegada de seus familiares que moram em aldeias na Terra Indígena Pyreneus de Souza. O nome Sowaintê foi escolhido por Ivone Sabanê, mãe de Lino Sabanê. Significa “sangue escorrendo pela folha seca”, em referência às mortes dos índios Sabanê ocasionadas pelos ataques Cinta Larga.

Por três vezes, um grupo de homens Cinta Larga chegou à aldeia Sowaintê com o propósito de impedir a permanência das famílias em “suas terras”. Depois de muito conversarem, os Cinta Larga disseram: “não quero que branco entre aqui, nem madeireiro. Então, não quer sair? Tem que ajudar, não deixar branco entrar!” (Maria de Lourdes Idalamarê, aldeia Central, Terra Indígena Pyreneus de Souza, 31.10.2012). Na ponte onde outrora a Linha Telegráfica cruzou o rio Roosevelt, um Cinta Larga, com os braços demarcou a área: “daí para cá para cima é nossa. De lá para cima é de vocês!” Um servidor da FUNAI testemunhou o acordo.

Depois deste episódio, os Cinta Larga empreenderam tentativas, até então infrutíferas, para retirar os Sabanê das margens do rio Roosevelt, terras de ocupação tradicional. Lino Sabanê, o intermediador, apresentou o argumento de que estaria impedindo a entrada ilegal de não indígenas na região e, assim, protegeria aquela parte do parque, nunca utilizada por eles, já que sempre pertenceu aos Nambiquara. Este fato foi anteriormente alertado por Junqueira (1981, p. 58), ao indicar que o “ponto particularmente vulnerável é o sul do parque, perto da rodovia AR-1 [Juina-Aripuanã]. Não há recursos disponíveis para monitorar as incursões dos estranhos em terras indígenas”.

Em 2010, os Nambiquara, junto ao Técnico em Agrimensura da FUNAI, limpam os marcos e a picada que liga as cabeceiras do rio Roosevelt ao Tenente Marques e

recolocaram as placas demarcatórias: “Terra Indígena. Proibida a entrada de pessoas estranhas.” Desde a instalação da aldeia Sowaintê, os índios fiscalizam o alto curso do rio Roosevelt e do Tenente Marques, chegando a destruir uma ponte construída sobre este último para roubo de madeira no interior da Terra Indígena Parque do Aripuanã.

Índios da aldeia Central da Terra Indígena Pyreneus de Souza informaram sobre a presença de um grupo Nambiquara, denominado Ialacolorê. De índole pacífica, vivem nus, em estado de isolamento com a sociedade não índia e à noite aproximam-se das adjacências de sua aldeia para pegar alguns objetos. Andam muito, não têm parada fixa. Para Manoel e sua esposa Ivone Kolimisí, os Ialacolorê seriam os mesmos que os Lacondê, que moram na margem direita do rio Tenente Marques. Moravam próximo ao rio Tenente Marques. E que nem todos os índios foram levados para os seringais, alguns fugiram, dentre eles um grande pajé que existia na época e que nenhum índio teve conhecimento de sua morte, apenas que sumiu levando um grupo de índios e nunca mais foram vistos. Ivone e o marido Manezinho acreditam que os Ialacolorê são descendentes destes índios que fugiram, não eram índios bravos, mas não aceitam trabalhar forçado na época da borracha, por isso foram embora para longe do homem branco. (MOREIRA DA COSTA; ARAÚJO, 2010, p. 5).

Considerações finais

Em 1942, diversos grupos Nambiquara da Serra do Norte foram obrigados a ocupar o Posto Indígena Pyreneus de Souza, área de 25.000 hectares reservada em 1918 pelo governador do Mato Grosso (Resolução nº 761, de 27.06.1918), próxima às Estações Telegráficas Nhambiquaras, Vilhena e José Bonifácio. A mesma resolução também destinou terras para os Bakairi e as colônias São José e Imaculada Conceição, fundadas pelas Missões Salesianas que atendiam os índios Bororo e Xavante.

O SPI providenciou seguidamente a demarcação dessas terras para os Bakairi e Bororo e não o fez para os Nambiquara. As Estações Telegráficas funcionaram como postos de distribuição de artigos industrializados aos índios Nambiquara e de manutenção de rotas seguras para o apoio logístico e escoamento da produção dos seringais, consolidando o povoamento do noroeste de Mato Grosso. Entre os Nambiquara da Serra do Norte, a atuação do SPI se fez presente entre os anos de 1943 e 1969, no Posto Indígena Pyreneus de Souza, jurisdicionado inicialmente à 8ª Delegacia Regional, em Porto Velho. Passou a empregar a mão de obra indígena na extração do látex, inicialmente

pelo convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation e, após o seu término, por iniciativa de funcionários do órgão.

Os índios, durante a constituição histórica desse período foram condicionados à qualidade de adscritícios à servidão análoga ao trabalho escravo, explicado pelo modelo da colonialidade que desencadeou práticas de supressão cultural dos indígenas. Sob a forma de dominação e de exploração do trabalho nos seringais, estiveram os índios inseridos nas relações estabelecidas pelo mercado mundial, a fim de alimentar a produção de látex que, conseqüentemente, conduziu os saberes indígenas a uma condição de subalteridade.

A presença de diversos setores da sociedade e agentes no período do SPI, ao fazerem uso das picadas abertas para a instauração das Linhas Telegráficas, se apoderaram de forma violenta de partes significativas do território Nambiquara, especialmente dos grupos da Chapada dos Parecis e da Serra do Norte. Neste sentido, indubitavelmente, ao ser examinada a influência da gestão levada a cabo pelo SPI, percebe-se a desastrosa atuação do órgão indigenista junto às terras dos índios Nambiquara. O órgão indigenista, com um histórico decrescente de orçamento e de perda de sustentação política, em especial, a partir do Estado Novo, viu-se afundar em denúncias de corrupção e maus tratos aos índios. A missão civilizatória e de integração de um Estado Nacional chegou ao fim, desvinculada das diretrizes iniciadas por Rondon.

Para a problemática de pesquisa eleita neste estudo – entender as razões que levaram uma parcela da população indígena habitante da Terra Indígena Pyreneus de Souza para o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, conhecer fragmentos da trajetória etno-histórica dos grupos Nambiquara da Terra Indígena Pyreneus de Souza, localizada na Serra do Norte, tornou-se primordial. A situação de contato com os não índios ocasionou uma mudança em seus modos de viver, em consequência dos deslocamentos e das pressões exercidas por não indígenas oriundos de diversas partes do Brasil.

Num processo de reterritorialização, no percurso do que Balandier (1997) denominou de ordem/desordem, o aumento das tensões internas, o esgotamento do solo e a diminuição das matas ciliares e dos recursos naturais destinados à sua sobrevivência foram identificadas como as razões pelas quais o grupos Nambiquara da Terra Indígena Pyreneus de Souza, a retornar às aldeias antigas, ao sul do Parque do Aripuanã, território vizinho ao dos Cinta Larga, seus inimigos tradicionais.

Principalmente em face ao redimensionamento das políticas econômicas após 1964, o território dos Nambiquara passou a ser de interesse das ações estatais e particu-

lares, em especial, a exploração do látex por representantes do SPI junto aos grupos da Serra do Norte. O discurso oficial, em seus aspectos linguísticos e doutrinários, criou uma desigualdade proveniente do colonialismo europeu vigente desde o século XVI. A exterioridade dessa representação rege-se pelo truísmo, como se essa entidade geográfica possa descrever a si mesma, como imagens refletidas no jogo de espelhos, a induzir um complexo aparato de reproduções mentais daquilo que se pensava, numa relação contínua de poder, de dominação, de variação hegemônica das ideias. Esta hegemonia reiterou o sentido etnocêntrico da superioridade do homem “civilizado” sobre o “atraso” dos povos indígenas, assim como a obrigatoriedade da sociedade ocidental levar-lhes o “desenvolvimento”, seja material ou espiritual. Esses discursos estão materializados em ações que consignaram um intercâmbio desigual, com variada tipologia de poder e como um fato sociocultural.

Levar em consideração o espaço de ocupação imemorial Nambiquara é, portanto, entender como a história ordena-se culturalmente. A presença maciça desse contingente teve como resultado a diminuição das terras ancestrais dos índios e acelerou uma desarticulação profunda nessa sociedade que provocou uma depopulação paulatina, causada, principalmente, pela devastação ambiental, doenças infectocontagiosas, emprego de desfolhantes químicos aspergidos de avião e uso abusivo de fogo.

No contexto de exploração do trabalho indígena pelos agentes do SPI e da desapropriação de seus territórios de ocupação tradicional, tanto pelos Cinta Larga como pelos não índios, grande parte dos membros dos grupos da Serra do Norte deixou suas aldeias e, num movimento de dispersão, procurou formas alternativas de sobrevivência. Uns seguiram para o Acre; outros procuraram trabalho em seringais próximos a Vilhena e outras localidades em Rondônia; outros permaneceram na Terra Indígena Pyreneus de Souza.

No ano de 2002, um pequeno grupo da Terra Indígena Pyreneus de Souza decidiu retornar ao antigo território: Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã. A cartografia, especialmente em seus aspectos culturais, adquiriu outra forma a partir do momento em que deixou de apresentar uma ocupação exclusivamente dos índios Cinta Larga.

As pesquisas de campo realizadas junto aos grupos Nambiquara da Serra do Norte – Sabanê, Kolimisí, Tawandê, Latundê, Idalamarê, Ialacolorê e Nechuandê – indicaram que os motivos que os levaram de volta às terras localizadas ao Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã foram conflitos internos e a preocupante disponibilidade de recursos naturais. Na aldeia Sowaintê, ao contrário, há maior incidência de terras

férteis propícias ao plantio de tubérculos, de animais e de peixes destinados à caça e à pesca, respectivamente, e, ainda, de coleta de uma diversidade de frutos e insetos bastante presentes em sua dieta alimentar.

Ainda que os Cinta Larga rondem suas aldeias e os pressionem a deixar suas casas edificadas em uma clareira aberta na mata ciliar do rio Roosevelt, decidiram retornar ao território de ocupação tradicional, ainda mais próximos dos índios do grupo Ialacolorê, ainda sem contato com a sociedade não índia. Portanto, o que se estabelece durante o contato foi entendido neste estudo como um fator desintegrador de elementos sociais, políticos e culturais da sociedade Nambiquara. Índios e não indígenas foram e ainda são conduzidos ao confronto, a constantes desajustamentos que levam os primeiros a uma condição de subordinação e a engendram estratégias de sobrevivência.

Assim, a cartografia Nambiquara ganhou outro traçado em consequência do retorno dos Sabanê, Tawandê, Latundê, Idalamarê, Ialacolorê, Nechuandê, às margens do legendário rio Roosevelt, outrora denominado rio da Dúvida, até os resultados da expedição de Rondon, na companhia do ex-presidente Theodor Roosevelt, em busca de suas cabeceiras. A linha da história vem demonstrando que incontáveis documentos cartográficos são contrários à realidade com fins de assegurar supremacias geopolíticas. Os grupos Nambiquara da Serra do Norte, à sua maneira, se reorganizam dentro de uma dinâmica social e, na condição de protagonistas de suas próprias histórias, redesenham “modernidades das tradições”, uma nova cartografia de ocupação territorial, em oposição à oficial.

A sociedade não índia e o povo Nambiquara, sejam quais forem os grupos, continuam a se confrontar diante à ordens sociais extremamente distintas. A reconquista dos Sabanê, Kolimisí, Idalamarê, Lakondê e Manduca de uma pequena parcela do território de ocupação tradicional localizado ao Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã ainda se firma na relação da diferença, onde a exploração e o colonialismo permeiam formas diferenciadas de entender o mundo.

Referências

BALANDIER, G. 1997. *A desordem: elogio do movimento*. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 261 p.

_____. 1976. *Antropo-lógicas*. Tradução de Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix; Universidade de São Paulo, 261 p.

- DAL POZ, J. 1991. *País dos Cinta Larga*. Uma etnografia do ritual. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 408p.
- JUNQUEIRA, C. 2002. *Sexo e desigualdade entre os Kamaiurá e os Cinta Larga*. São Paulo: Olho D'água, 110 p.
- _____. 1981. Cinta Larga. In: *Cultural Survival*. In the path of Polonoroeste: endangered peoples of western Brazil. Occasional Paper 6, october, p. 55-58.
- LÉVI-STRAUSS, C. 2000. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70 (Perspectivas do Homem), 413 p.
- MOREIRA DA COSTA, J. E. F.; ARAÚJO, L. A. 2010. *Relatório*. Informações sobre relatos dos índios Enawenê-Nawê e Sabanê a respeito de avistamento de índios isolados na Terra Indígena Enawenê-Nawê e Parque Indígena Aripuanã. Fundação Nacional do Índio. Coordenação Regional de Cuiabá. 13 p.
- MUSEU DO ÍNDIO. 1944. *Posto Pyreneus de Souza*. Microfilmes 195: 195_00014, de 25.11.1944; 195_00020, de 01.11.1944.
- PRICE, D. 1975. *Projeto Nambikwára*. Histórico sobre os Nambikwara. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Brasília, 13.10.1975. 6 p.
- _____. 1972. *Nambiquara society*. Chicago, Thesis for the degree of Doctor of Philosophy, Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences, University of Chicago, 336 p.
- PYRENEUS DE SOUZA, A. 1920. Notas sobre os costumes dos índios Nhambiquaras. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, tomo XII, p. 341-410.
- QUIJANO, A. 2010. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 84-130.
- _____. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso, p. 227-278 (Colección Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>
- RONDON, C. M. da S. 1916. *Missão Rondon*. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso sob a direcção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 463 p.

ROQUETTE-PINTO, E. 1938. *Rondônia*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliense, série 5ª, v. 39, Biblioteca Pedagógica Brasileira), 399 p.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). 2010. *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 637 p.

VELLARD, J. 1939. Preparação do curare pelos Nambikwaras. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, ano V, v. LIX, jul., p. 5-16.

Artigo recebido em: 01.04.2015

Aprovado em: 30.06.2015

¹ Este estudo corresponde a uma parte do Relatório de Pós-doutoramento da autora, realizado no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013-2014), sob a supervisão de Carmen Junqueira. Em versão reduzida e atualizada, com o título "Nambiquara da Serra do Norte: redesenhando modernidades das tradições", foi apresentado e publicado nos anais do IV Seminário Internacional de História e Historiografia, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, em maio de 2015. Algumas partes encontram-se em "Tiro no pé", um dos roteiros de áudio-visual da série "Terras sem males", em coautoria com José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, em 20.05.2015, e aprovada pela Agência Nacional do Cinema. A versão integral e parcial do Relatório de Pós-doutoramento está à disposição da FUNAI para servir de subsídios ao processo de identificação do Morcegal, território reivindicado pelos Nambiquara. Também encontra-se em tramitação junto ao Museu do Índio e Secretaria de Educação, com fins de elaboração de material didático destinado às escolas indígenas. Todas as experiências acima não aconteceriam sem as longas conversas com os índios, sobre a necessidade de entendimento das formas de ordenamento social e ocupação territorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, ainda tão pouco estudadas.